



CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
03 DE OUTUBRO DE 2014

PRESIDENTE

Prof. José Maria Garcia da Costa

VEREADORES PRESENTE

Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães
Raúl António Ribeiro Luís
Albertino José Castro Lousa
Ana Paula Rodrigues da Cruz

SECRETARIOU

Mário José Pinto Sampaio
Chefe de Divisão Financeira e Administração Geral

HORA DE ABERTURA

09,30 Horas

HORA DE ENCERRAMENTO

12,00 Horas

LOCAL DA REUNIÃO

Paços do Concelho - Sala de Reuniões da Câmara Municipal

ORDEM DE TRABALHOS

ANTES DA ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1 APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

1.2 RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

2. DIVISÃO DE PLANEAMENTO OBRAS E AMBIENTE

2.1 INFORMAÇÃO DOS PROCESSOS DE OBRAS E OUTRO OBJETO DE DESPACHO.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1- O Sr. Presidente da Câmara informou que no dia 02-10-2014 esteve com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, no ato de assinatura do con-

trato relativo à recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, tendo em vista o envio do processo a visto do Tribunal de Contas.

Segundo o Sr. Presidente o concurso foi dividido em dois lotes, Mesão Frio, Resende e Santa Marta, e Murça, Alijo e Sabrosa. Referiu também que os contratos foram já assinados por ambas as partes e que a empresa Eco Ambiente marcou com os municípios uma reunião de trabalho para operacionalizar o caderno de encargos.

No mesmo dia, da parte da tarde, o Sr. Presidente participou numa reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses, na secção de Municípios de baixa densidade tendo em vista construir um documento no sentido destes municípios poderem ser positivamente discriminados no próximo quadro comunitário.

2- Informação da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) - Qualidade da água no ano de 2013.

O Sr. Presidente da Câmara depois de apresentar os resultados publicados pela (ERSAR), disponibilizou o mapa comparativo da qualidade da água entre Municípios, o qual faz parte integrante desta ata, em anexo.

3- Declaração de voto dos membros não executivos do Conselho de Administração da Resinorte.

O Sr. Presidente informou que os representantes das autarquias no Conselho de Administração da Resinorte votaram contra o aumento proposto para o tarifário de 2015, conforme declaração de voto em anexo à presente ata.

O executivo da Câmara Municipal de Murça manifestou solidariedade pelo ato dos seus representantes no referido conselho.

4-Noite de Música Tradicional em Murça.

O Sr. Presidente informou que, no dia 11 de outubro realizar-se-á no Auditório Municipal de Murça, pelas 21:30h, com o apoio da Fundação INATEL, um concerto de música tradicional associado ao dia mundial da música, celebrado no dia 1 de outubro. Convidou para o efeito os Sr. (s) Vereadores.

5- Intervenção da Sr.ª Vereadora Ana Paula Rodrigues da Cruz: Zona industrial de Murça.

"Trouxe para conhecimento dos Srs. Vereadores a planta da zona industrial, mostrando desta forma o desenvolvimento dos trabalhos. Independentemente do avanço dos trabalhos, o lote n.º 28, pode ser disponibilizado. Há um empresário interessado, designadamente o Sr. Víctor Bual. Informo assim que brevemente virá à aprovação desta Câmara um processo tendo em vista a instalação de uma empresa no referido lote."

6- Intervenção da Vereadora Ana Paula Rodrigues da Cruz: Exercício de funções na CPCJ de Murça.

"Na qualidade de Presidente da CPCJ de Murça, após o 1.º ano de exercício queria deixar o registo do balanço deste ano. Sabemos que os dados da comissão são de caráter sigiloso, deixava meia dúzia de notas para conhecimento dos Sr. Vereadores e de todo o executivo municipal. Quando iniciei funções em outubro de 2013 existiam cerca de 12 processos, hoje existem 23 processos. Queria salientar que cada dia que passa, sentimos mais dificuldades em mediar as situações, pois todos os casos são muito sensíveis, tendo sempre em linha de conta a defesa dos direitos das crianças e jovens e a preocupação de retirar com urgência essas crianças ou jovens sempre que se verifique que os menores corram risco ou perigo de vida. Mais informo que hoje dia 03-10-2014 às 14 horas a CPCJ de Murça vai receber a visita da Sr.ª Procuradora do Ministério Público para se apresentar, tomar conhecimento e verificar todos os processos da nossa comissão. Este procedimento é de carácter normal e habitual. Terminei deixando uma palavra de apreço a todos os elementos que fazem parte da CPCJ de Murça, pelo trabalho que tem realizado em prol do bem-estar das nossas crianças e jovens sempre no espírito de voluntariado e representação das instituições que os nomearam.

7- Intervenção do Sr. Vice-presidente Raúl António Ribeiro Luís.

"Estou em condições de informar que na próxima semana a comissão de trânsito irá reunir pela primeira vez. Falta a indicação do membro da Associação de comerciantes. Falei com o Presidente da Associação de Comerciantes de Vila Real, que em virtude da alteração orgânica da Associação, designadamente com a substituição das delegações locais por núcleos, só irá fazer a nomeação do seu representante na próxima semana, a tempo de participar na referida reunião. Colocámos alguma sinalização na vila de Murça, com o apoio dos serviços técnicos da autarquia, para percebermos a reação dos comerciantes, para depois na comissão de trânsito podermos ajustar. A reação tem sido boa, apenas houve uma reação contrária."

8- Intervenção do Sr. Vereador do PSD, Albertino José Castro Lousa.

"1. Agradecer o conjunto de informações veiculadas pelo Sr. Presidente, Vice-presidente e Vereadora e agradecer o convite que já recebi.

Saliento a relevância que teve a partilha de informação por parte do Sr.^a Vereadora enquanto Presidente da CPCJ de Murça, revelando assim um espírito construtivo com o qual me identifico.

2. Convocatória para a reunião de Câmara - uma vez mais somos confrontados com uma convocatória que, para além de pecar por defeito, expressa uma manifesta falta de conteúdo. Reunir a Câmara apenas para aprovar uma ata de reunião anterior e tomar conhecimento de dois assuntos é manifestamente constrangedor, ridicularizando a soberania de tão importante órgão municipal. Era minha convicção que, depois de chamar à atenção na passada reunião pública de agosto, tal desiderato não se voltasse a repetir. Num concelho onde as dificuldades são enormes e os desafios se vão progressivamente acumulando, parece não existir conteúdo para discutir e deliberar. Lamento que assim seja, pois considero que estamos a prestar um mau serviço à população, não correspondendo isso ao meu sentido de compromisso democrático assumido para com os munícipes. Quero, por isso, expressar o meu desagrado pela tão míngua convocatória que faz parte da Ordem do Dia desta reunião e referenciar que a minha presença aqui se deve exclusivamente ao cumprimento do meu dever.

3. Relatório de Atividades Desportivas - no decorrer da última sessão de Câmara recebi um email da parte da secretária do senhor presidente, remetendo o referido documento que, reiteradamente, tinha solicitado em reuniões anteriores. Muito embora o senhor presidente não o tivesse apresentado e analisado em reunião de Câmara, partilho as seguintes considerações sobre o mesmo:

Uma primeira palavra de reconhecimento ao técnico superior do Gabinete de Desporto pela execução do relatório. Através desse documento, a Câmara Municipal de Murça e os munícipes ficam com uma noção clara das atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo Gabinete de Desporto, do funcionamento dos espaços desportivos que integram o património municipal, nomeadamente, o Estádio Municipal de Murça e o Pavilhão Desportivo de Murça e, ainda, os projetos previstos para o próximo ano letivo.

1. A diversidade de atividades e de público-alvo, envolvendo crianças da educação-pré-escolar, jovens, adultos e população sénior, bem como as parcerias estabelecidas, nomeadamente com as escolas e outras instituições/associações locais, relevam a importância que a Câmara Municipal deposita na atividade desportiva, complementando assim outras atividades que as escolas, os clubes e os grupos existentes vão praticando no concelho.
2. A diversidade de modalidades desportivas é também relevante, abrangendo áreas como a atividade física e desportiva, integrando, neste caso, a hidroginástica e a ginástica de manutenção, e, ainda, a natação, as múltiplas atividades do Programa Férias Desportivas, o futebol, a caminhada, o BTT e o enduro.
3. Considera-se relevante, também, a implementação do Programa Férias Desportivas que visa a ocupação das crianças e jovens durante o período de férias escolares, programa que desde há uns anos tem vindo a ser implementado e continuamente a ser objeto de aperfeiçoamento.
4. As propostas de projetos e atividades desportivas a implementar ao longo do ano letivo que agora se iniciou está na linha das atividades realizadas, abrangendo diversas ações, projetos e modalidades, orientadas para a prática desportiva de um público-alvo também diversificado. Além disso, prevê um conjunto de iniciativas não menos

importantes, designadamente ações de formação diversas, o levantamento dos espaços desportivos do concelho, o ginásio de manutenção física e a criação de uma via pedonal a criar na sede de concelho.

5. Não obstante a validade do trabalho realizado pelo Gabinete de Desporto ao longo do ano letivo transato e do planeamento previsto no relatório das Atividades Desportivas, considera-se oportuno apresentar as seguintes sugestões:

5.1 O relatório é praticamente omissivo no que respeita às Piscinas Municipais cobertas e descobertas, ficando a modalidade de natação restrita às atividades dirigidas à Escola de Natação "Nadar é divertido" e à adaptação ao meio aquático dirigida às crianças da educação pré-escolar, ambas na Piscina Municipal coberta. Não existe qualquer menção às atividades regulares dirigidas ao público das Piscinas Municipais cobertas e descobertas, seu horário de funcionamento e políticas de gestão. Além disso, não se faz referência aos encargos e às receitas cobradas nessas instalações, nem qualquer referência à utilização dos Campos anexos às piscinas cobertas. Entende-se, por isso, no quadro de uma política desportiva mais abrangente e integradora, que o Gabinete de Desporto da Câmara Municipal de Murça, adote esta perspetiva.

5.2 Na linha do ponto anterior, e decorrente da análise do relatório, torna-se evidente que é necessário aperfeiçoar os procedimentos contabilísticos no sentido de materializar os investimentos efetuados ou a efetuar no âmbito da política desportiva municipal. Não obstante o princípio social e de cidadania que tal política deve perseguir, é fundamental que quem decida possa fazê-lo com base em dados quantitativos e qualitativos. Conhecer o deve e haver inerente a uma atividade é fundamental para tomar decisões no futuro. Por isso se compreende a necessidade de adquirir um software de gestão requerida pelo técnico responsável. Sugere-se, nesse sentido, um aperfeiçoamento destes procedimentos em todas as atividades desportivas que gerem receitas e impliquem encargos que, em nosso entendimento, devem fazer parte integrante do relatório.

5.3 Relativamente ao plano de ações traçado para o ano letivo anterior, o relatório é, também, omissivo, quanto ao seu orçamento e não abrange as atividades e o funcionamento das atividades dirigida ao grande público relativamente às Piscinas.

5.4 Muito embora a diversidade de modalidades desportivas de caráter regular ou pontual desenvolvidas, considerar-se-ia plausível a possibilidade de abranger outras modalidades, nomeadamente, as relacionadas com desportos na natureza, o atletismo e/ou corta-mato, o ténis, entre outras. Desse modo poder-se-ia alargar o leque de utentes e balancear o ímpeto que o futebol tem nas atividades desportivas.

Não obstante as sugestões avançadas, congratulo-me pela oportunidade de conhecer mais aprofundadamente a atividade realizada pelo Gabinete de Desporto da Câmara Municipal de Murça. Sendo certo que o relatório já teria merecido a melhor consideração superior pelo senhor presidente da Câmara, seria conveniente que esta Câmara fosse informada sobre a sua decisão relativa ao plano de atividades desportivas a realizar ao longo do ano letivo, bem como a fatia que será reservada ao Orçamento municipal para esse efeito. Lanço, por isso, o repto ao senhor presidente para, oportunamente, dar a conhecer aos munícipes essas legítimas pretensões.

Por último, recomendo ainda que o plano fosse do conhecimento da população em geral, ainda que possivelmente de forma faseada, de modo a atrair cada vez mais utentes, e que este modelo de relatório com os contributos referidos fosse utilizado por outros serviços, nomeadamente, pela Biblioteca Municipal.

4. Realizou-se no passado dia 27 de setembro de 2014 uma prova motorizada (Baja TT Douro), que passou pelo concelho de Murça. Confesso que a informação que disponho é parcial na medida em que destinei esse dia a trabalhos agrícolas, contudo ao circular por várias vias municipais pude constatar o seguinte: 1) A manifestação de desagrado pela parte de vários vitivinicultores pelos constrangimentos causados nomeadamente nas vias de acesso secundárias; 2) O pouco público presente em particular na zona espetáculo; 3) A escassa informação à população sobre horários e circuitos utilizados pela prova e ainda a reduzida divulgação do evento. Termino, questionando, qual teria sido o valor acrescentado que o evento trouxe ao nosso concelho, perante a constatação que pude apreciar."

9 - Intervenção do Sr. Vereador do PSD Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães, sobre a ata da reunião anterior.

"Gostaria de manifestar total concordância pela intervenção do Sr. Vereador Albertino Lousa, completando-a, referindo que sou vereador sensivelmente há 5 anos e não tenho memória de tal ter acontecido, ou seja, realizar-se uma reunião de Câmara em que o único assunto sujeito a deliberação é a aprovação da ata da reunião anterior.

10 - Intervenção do Sr. Vereador do PSD, Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães:

A Assembleia Municipal, que decorreu no passado dia 25 de setembro, merece-me as seguintes considerações e preocupações:

1. Salientar a reduzida ordem de trabalhos da assembleia, sinal da falta de dinâmica e atividade do município. Aliás, a própria agenda de trabalhos para esta reunião de câmara, com apenas três pontos em análise, é a prova da gestão corrente em que entrou a gestão municipal ao longo do último ano.
2. Realçar o sentimento crítico generalizado dos presidentes de junta face à gestão que está a ser efetuada pela maioria socialista na câmara municipal. É sintomático o facto dos discursos mais críticos serem de alguns dos presidentes de junta eleitos nas próprias listas do partido socialista.
3. Passados já vários meses, o Sr. Presidente da câmara continua a sonegar aos elementos da Assembleia Municipal o relatório efetuado pelo Tribunal de Contas, que culminou na não homologação nas contas de gerência de 2008, 2009 e 2010 do município. Este documento já foi solicitado pelos elementos da assembleia municipal e este ato do Sr. Presidente demonstra uma clara falta de cultura democrática e de transparência.
4. O Sr. Presidente continua, nas assembleias, a contornar grande parte das questões que lá vão sendo colocadas, sinal de uma clara falta de estratégia e de planeamento. Já se completou praticamente um ano de mandato e já era tempo de serem apresentadas algumas respostas. Mas o que se sente é que o executivo a tempo inteiro, se mantém centrado nos problemas e com uma total inabilidade para encontrar as soluções.
5. Termino acrescentando que é notório o crescendo desinteresse dos cidadãos pelas assembleias municipais, que no início do corrente mandato assistiam em número razoável e que agora praticamente não comparecem.

Comissão Municipal de Trânsito - Referir que, no seguimento das informações do Sr. Vice-presidente, fico então a aguardar a convocatória para a primeira reunião da Comissão Municipal de Trânsito, órgão consultivo que ajudará a diagnosticar e encontrar soluções para os diversos problemas relacionados com o trânsito do concelho. Contudo, não posso deixar de acrescentar que também é competência desta comissão apreciar alterações de sinalização. Por este facto, estando esta comissão já formada há uns meses, e apenas à espera da convocatória, seria de todo desejável que esta comissão já se tivesse pronunciado antecipadamente às recentes alterações à sinalização ocorrida na vila de Murça. Não estão aqui em causa as alterações efetuadas, mas, em democracia, julgo que as comissões existem para ser ouvidas e não, unicamente, por ficar bonito no papel e na fotografia.

11 - Intervenção do Sr. Presidente da Câmara:

"Agradecer aos Sr. (s) Vereadores por deixarem algumas notas neste período de antes da ordem do dia, que procuraremos tomar em conta.

Relativamente às agendas da Câmara e assembleia Municipal, as mesmas têm a ver com ciclos, períodos e momentos, em que os diversos serviços não nos fazem chegar essa informação atempada."

Para terminar, informo que iniciamos já os trabalhos relacionados com o orçamento municipal de 2015, cuja apresentação à Assembleia Municipal foi antecipada para 31 de outubro, por força da Nova Lei das Finanças locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Convido neste contexto à participação dos Sr. (s) Vereadores do PSD."

Ficou acordado o agendamento de uma reunião, logo após a receção de dados preliminares e provisórios, por parte dos Sr. (s) Vereadores do PSD.

ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1 APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião anterior.

1.2 RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA

Presente o resumo do diário de tesouraria respeitante ao dia 02 de outubro de 2014, que apresentava os seguintes valores:

➤ Saldo em Dinheiro.....	5.229,75 €
➤ Depósitos na C.G.D.....	133.289,70 €
➤ Depósitos no BES.....	30.784,43 €
➤ Depósitos no BPI.....	18.350,17 €
➤ Depósitos na C.C.A.M.....	38.742,82 €
➤ Depósitos no Millenium BCP.....	12.384,11 €
➤ Depósitos de Operações de Tesouraria....	52.296,87 €
➤ Documentos.....	12.696,71 €

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

2. DIVISÃO DE PLANEAMENTO OBRAS E AMBIENTE

2.1 INFORMAÇÃO DOS PROCESSOS DE OBRAS E OUTRO OBJETO DE DESPACHO.

Aprovação de arquitetura/especialidades/prorrogações

Requerente	Localidade	Tipo Licença	Data do Pedido	Data da Emissão
José Artur da Costa	Mascanho	Ampliação de uma habitação	2014/08/25	2014/09/26

Emissão de Alvarás de licenciamento e Utilização

Requerente	Localidade	Tipo Licença	Data do Pedido	Data da Emissão
Sónia Paula Esteves Lobo Matos	Salgueiro	Aditamento para construção de uma cave	2012/12/26	2014/09/23
Manuel Martinho	Murça	Autorização de utilização de uma habitação	2014/09/02	2014/09/24
Manuel Martinho	Murça	Autorização de utilização de uma habitação	2014/09/02	2014/09/24
Ruben Aires Veloso	Noura	Licença de ocupação da via pública	2014/08/26	2014/09/24

Emissão de Certidões e Declarações Diversas

Requerente	Localidade	Tipo Certidão	Data do Pedido	Data da Emissão
Manuel Martinho	Murça	Certidão em como não houve lugar à execução de infraestruturas no loteamento	2014/08/08	2014/09/19
Maria Nazaré Alves	Jou	Isenção da Licença Utilização	2014/09/04	2014/09/22

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA E ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para efeitos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 92º, da Lei nº169/99, de 18 de setembro, revogado pelo artigo 57º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro a qual vai ser assinada pelo Presidente e por mim João Maria Guin, Chefe de Divisão Financeira e Administração Geral, que a elaborei e dactilografei. Seguidamente foi encerrada a reunião eram 12,00 horas.

O Presidente da Câmara,

João Maria Guin

O Chefe de Divisão Financeira e Administração Geral

João Maria Guin

fy φ e

A

QUALIDADE DA ÁGUA NO ANO DE 2013 - COMPARATIVO COM RESTANTES CONCELHOS DO DISTRITO

Concelho	Total	Total	Total	Total	Total	% de Água Segura
	% de análises realizadas	Nº de análises realizadas com VP	Nº de análises em cumprimento VP	Nº de análises em incumprimento VP	% de análises em cumprimento VP	
Valpaços	100,00	3461	3175	286	91,74	91,74
Ribeira de Pena	100,00	2653	2506	147	94,46	94,46
Vila Pouca de Aguiar	100,00	3300	3139	161	95,12	95,12
Chaves	96,81	7572	7444	128	98,31	95,17
Mondim de Basto	100,00	1874	1799	75	96,00	96,00
Montalegre	100,00	7133	6868	265	96,28	96,28
Murça	100,00	971	939	32	96,70	96,70
Sabrosa	100,00	1384	1339	45	96,75	96,75
Santa Marta de Penaguião	100,00	746	727	19	97,45	97,45
Peso da Régua	100,00	1248	1222	26	97,92	97,92
Alijó	100,00	961	943	18	98,13	98,13
Mesão Frio	100,00	163	160	3	98,16	98,16
Vila Real	100,00	2189	2162	27	98,77	98,77
Boticas	100,00	2738	2724	14	99,49	99,49

QUALIDADE DA ÁGUA NO ANO DE 2013 POR ZONAS DE ABASTECIMENTO

Zona de abastecimento	População total abastecida (habitantes)	N.º de análises realizadas com VP	Nº de análises em cumprimento VP	Nº de análises em incumprimento VP	% de análises em cumprimento VP
Asnela	5	62	58	4	93,55
Cadaval/Mascanho	1503	119	116	3	97,48
Carva	245	62	60	2	96,77
Castelo	21	62	60	2	96,77
Cortinhas	64	62	60	2	96,77
Floioso	343	100	96	4	96,00
Fonte_Fria1	2885	100	99	1	99,00
Fonte_Fria2	27	62	60	2	96,77
Garraia	308	62	60	2	96,77
Penabeice	27	62	58	4	93,55
Sobreira	1175	94	92	2	97,87
Vargos	70	62	60	2	96,77
Vilares	278	62	60	2	96,77
TOTAL	6951	971	939	32	96,70%

Declaração de voto dos membros não executivos do CA da Resinorte e representantes das autarquias locais: Francisco Lopes – PC de Lamego; Fernando Campos – PA Municipal de Boticas, por si e em representação de Joaquim Couto – PC de Santo Tirso, representante da AMAVE e Miguel Esteves – Vereador da CM de Vila Real, em representação da AMVDN.

1 – O projeto tarifário para 2015 não reflete adequadamente o resultado expectável, em termos de volume de negócios e de resultado líquido, dos investimentos em curso quer no TMB, quer na valorização energética do biogás. É certo que os investimentos estão atrasados e tardam em dar frutos, mas essa é uma responsabilidade que não pode ser assacada aos clientes (municípios) e que deve ser avaliada internamente pelo CA da Resinorte;

2 – O resultado líquido antes de impostos repostado a Agosto de 2014 é de cerca de 1.750.000€, portanto muito superior ao verificado em Agosto de 2013 que era de cerca de 1.100.000€, o que só por si significa que não se justifica para 2015 um aumento tarifário, mas antes uma forte redução da tarifa para manter o mesmo nível de lucro que se verificou em 2013;

3 – Se considerarmos que em 2013 se procedeu ao pagamento extraordinário de remunerações acionistas relativas a anos anteriores, situação que não se deve repetir pagando apenas a remuneração acionista do ano, mais se confirma que já a tarifa de 2013 estava inflacionada, não se justificando portanto o seu aumento para 2015, mas antes a sua redução;

4 – Continua ainda o Sistema Resinorte a ser prejudicado relativamente a alguns dos outros sistemas, uma vez que a taxa de remuneração do capital acionista tem um diferencial de indexante superior a 3% o que é manifestamente injusto e até imoral como repetidamente a ERSAR tem reconhecido.

Face ao exposto, os administradores não executivos indicados pelos municípios votam contra a proposta tarifária apresentada pelos administradores executivos e entendendo que a situação económico financeira da Resinorte o permite e a boa gestão o recomenda, propõem que a tarifa de deposição de resíduos para 2015 seja fixada em 32€/Ton.